

SUMÁRIO

DIREITO CIVIL	21
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	23
2. Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Da desconsideração da personalidade jurídica	24
3. Dos bens	30
4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova	33
5. Do direito das obrigações. Das modalidades. Da transmissão. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações	47
6. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contrato. Leis extravagantes	52
7. Dos atos unilaterais	57
8. Da responsabilidade civil. Das preferências e privilégios creditórios. A responsabilidade civil na constituição	57
9. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Habitação. Do direito do promitente comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese	62
10. Do Direito de Família. Do direito pessoal. Do casamento. Das relações de parentesco. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela e da curatela	70
11. Do direito das sucessões. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. Das disposições finais e transitórias do Código Civil	76
12. Seguros	83
13. Registros públicos	84
14. Locação (Lei n. 8.245/1991)	84
15. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003)	84
16. Direito Autoral (Lei nº 9.610/1998)	84

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	87
1. Princípios gerais do direito processual civil. Normas fundamentais	90
Direito Processual Constitucional e Direito Processual Coletivo. A ação civil pública. Mandado de segurança. Ação popular	92
Jurisdição e ação. Conceito, natureza e características. Condições da ação. Competência. Conflitos de competência	92
4. Processo. Procedimento. Sujeitos, objeto e pressupostos da relação jurídica processual. Da formação, suspensão e extinção do processo	96
5. Do Poder Judiciário e órgãos jurisdicionais. Do juiz. Serviços auxiliares da Justiça	96
6. Do Ministério Público. Das partes em geral. Dos advogados e procuradores	97
7. Litisconsórcio e assistência	97
8. Intervenção de Terceiros	99
9. Atos processuais, forma e vícios, tempo e lugar. Formalismo e instrumentalidade das formas. Convalidação do ato processual. Prazos no processo, contagem e preclusão. Incidentes processuais	101
10. Petição inicial: requisitos e vícios, indeferimento e emenda. Pedido: conceito, espécies, interpretação e alteração. Cumulação de pedidos. Tutelas Provisórias. Tutela definitiva. Julgamento de ações repetitivas	104
11. Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta. Contestação. Exceções processuais. Reconvenção. Revelia. Julgamento conforme o estado do processo	109
12. Das audiências. Das provas. Ônus da prova. Incidentes. O juiz e a prova	110
13. Da sentença. Da coisa julgada: requisitos, espécies, efeitos, relativização. Tutelas específicas. Liquidação de sentença. Do cumprimento da sentença. Rescisória	117
14. Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos. Requisitos e admissibilidade. Efeitos. Espécies. Incidentes recursais. Recursos repetitivos. Súmula vinculante	127
15. Da execução em geral. Dos títulos executivos. Das espécies de execuções. Defesas do executado. Da execução contra insolvente. Execução nas ações coletivas. Da suspensão e da extinção do processo de execução	137
16. Do Processo cautelar. Das medidas cautelares. Dos procedimentos cautelares específicos	137
17. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária, no Código de Processo Civil e legislação extravagante. Ação de alimentos e alimentos gravídicos	137
18. Assistência judiciária. Juizados Especiais Cíveis. Alienação fiduciária. Decreto Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969. Da locação predial urbana e suas ações	143

SUMÁRIO

DIREITO DO CONSUMIDOR 145

1. Natureza e fonte das regras de consumo. A relação de consumo e suas características. 146
2. Integrantes e objeto da relação de consumo. Objetivos e princípios da política nacional das relações de consumo 146
3. Os direitos básicos do consumidor. Interpretação das regras de consumo 149
- 4 Da qualidade que os produtos e serviços devem ter. Da responsabilidade dos agentes que figuram nas relações de consumo 150
5. Espécies de responsabilidades previstas na lei de consumo 150
6. Da prescrição e da decadência nas ações atinentes a matéria de consumo 154
7. Da desconsideração da personalidade jurídica das empresas. Das práticas comerciais. Da oferta e da publicidade. As práticas abusivas e seus efeitos 154
8. Da proteção contratual em matéria de consumo. Princípios que regem a matéria. Os contratos de adesão. Das cláusulas abusivas. Espécies e efeitos jurídicos 154
- 9 A defesa do consumidor em juízo. Ações individuais e coletivas. Legitimidade para sua propositura. Efeitos da coisa julgada 158
10. Das ações coletivas para defesa dos direitos dos consumidores. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços 158
11. Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. Da cobrança de dívidas e dos bancos de dados e cadastros. 159

DIREITO DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE 161

1. Dos Direitos Fundamentais 162
2. Dos atos infracionais 167
3. Do Conselho Tutelar 169
4. Do Ministério Público 170
5. Da Alienação Parental 171

DIREITO PENAL 173

1. Conceito de Direito Penal. História do Direito Penal. História do Direito Penal Brasileiro, Doutrinas e Escolas Penais. Fontes do Direito Penal. Sistemas Penitenciários 176
- 2 Da aplicação da lei penal. Do crime. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas 179
3. Parte Geral do Código Penal. Das penas. Das medidas de segurança 202

COLEÇÃO PREPARANDO PARA CONCURSOS

4. Parte Geral do Código Penal. Da ação penal. Da extinção da punibilidade	215
5. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial	219
6. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a família	239
7. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública	244
8. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941)	249
9. Crimes definidos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003	249
10. Crimes definidos na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003	252
11. Crimes eleitorais (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997)	257
12. Crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965). Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990)	258
13. Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990). Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990). Crimes contra a ordem econômica (Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991). Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951)	259
14. Crimes de trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998). Crimes falimentares (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)	259
15. Crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Crimes contra os idosos (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003). Crimes de preconceito de raça ou cor (Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989)	263
16. Lei Anistia	266
DIREITO PROCESSUAL PENAL	269
1. Do processo penal em geral	272
2. Princípios e fontes do processo penal	272
3. Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941)	275
4. Disposições preliminares	275
5. Do inquérito policial	275
6. Da ação penal	275
7. Da ação civil	279
8. Da competência	279

SUMÁRIO

9. Das questões e processos incidentes	283
10. Da prova	284
11. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça	291
12. Da prisão e da liberdade provisória	291
13. Das citações e intimações	297
14. Da sentença	300
15. Dos processos em espécie	301
16. Das nulidades e dos recursos em geral	310
17. Disposições gerais	317
18. Habeas Corpus e seu procedimento	317
19. Mandado de segurança em matéria criminal (Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009)	317
20. Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984)	317
21. Entorpecentes (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2003)	322
22. Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)	325
23. Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989)	325
24. Da prisão, das medidas cautelares, da liberdade provisória (Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011)	325
25. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995)	325
26. Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005)	329
27. Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965)	329
28. Organizações criminosas (Lei nº 12.850/13)	329
29. Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999)	329
30. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996)	331
DIREITO CONSTITUCIONAL	333
1. Constituição, conceito, objeto, elementos e classificações. Princípios fundamentais ...	335
2. Poder constituinte originário e derivado. Características. Emenda: reforma e revisão da Constituição	338
3. Supremacia da Constituição. Normas constitucionais. Interpretação, princípios, eficácia. Controle de constitucionalidade	340

COLEÇÃO PREPARANDO PARA CONCURSOS

3.	Supremacia da Constituição. Normas constitucionais. Interpretação, princípios, eficácia. Controle de constitucionalidade	349
4.	Dos direitos e garantias fundamentais. Tutela dos direitos e deveres individuais, difusos e coletivos	351
5.	A tutela constitucional das liberdades. Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança	362
6.	Da organização do Estado Federal. Da separação dos Poderes. Da União, Estados, Municípios e Territórios. Intervenção nos Estados e Municípios. Da administração pública	367
7.	Da organização dos Poderes. Do Poder Legislativo. Estruturas, composições, atribuições e competências. Do processo legislativo	376
8.	Do Poder Executivo. Estrutura, atribuições e competências. Prerrogativas e responsabilidades. Dos ministros e dos conselhos	384
9.	Do Poder Judiciário. Estrutura, composição e Constituição Estadual. Da organização judiciária de Minas Gerais	387
10.	Da ordem econômica e social. Fundamentos e princípios. Propriedade. Sistema financeiro nacional. Da seguridade nacional	399
DIREITO ELEITORAL		417
1.	Estado Democrático de Direito. Cidadania. Sistema representativo. Soberania popular. Política	419
2.	Direitos políticos. Conceito. Classificação. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto	419
3.	Partidos políticos. Conceito. História. Disciplina constitucional e legal no Direito Brasileiro	421
4.	Direito eleitoral. Conceito. Fontes. Princípios. Aplicação. Interpretação	423
5.	Justiça Eleitoral. Organização. Competência	425
6.	Ministério Público Eleitoral. Organização. Atribuições	433
7.	Alistamento eleitoral. Regras constitucionais, legais e regulamentares	433
8.	Elegibilidade. Conceito. Condições de elegibilidade. Inelegibilidade. Incompatibilidade. Regras constitucionais, legais e regulamentares	433
9.	Sistemas eleitorais. Classificações. Modelo brasileiro. Outros modelos	433
10.	Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos	436
11.	Campanha eleitoral. Conceito. Financiamento. Abuso de poder político e econômico: caracterização e efeitos	437

SUMÁRIO

12. Propaganda política e suas modalidades. Propaganda eleitoral. Regras legais e regulamentares	438
13. Eleição, apuração e diplomação dos eleitos	443
14. Ações judiciais eleitorais. Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo por crimes eleitorais. Jurisprudência dos tribunais eleitorais	445
DIREITO EMPRESARIAL	455
1. Fontes do direito empresarial	458
2. Hermenêutica no direito empresarial	458
3. As sociedades empresárias	460
4. Personalização	463
5. Classificação	463
6. Desconsideração da personalidade jurídica	463
7. Do empresário	464
8. Da sociedade empresária	466
9. Da sociedade não personificada	469
10. Da sociedade personificada	471
11. Da sociedade simples	471
12. Da sociedade em nome coletivo	472
13. Da sociedade em comandita simples	472
14. Da sociedade limitada	472
15. Da sociedade anônima	476
16. Dos contratos empresariais	480
17. Contratos bancários	482
18. Depósito	484
19. Mútuo	484
20. Arrendamento mercantil	484
21. Factoring	486
22. Franquias	486
23. Cartão de crédito	486
24. Contratos eletrônicos	486
25. Legislação extravagante	486

26. O empresário e a relação de consumo	489
27. Tutela contratual dos consumidores	489
28. A intervenção judicial	490
29. Jurisprudência dos tribunais superiores	490
30. Da Falência e da Recuperação Judicial. Lei 11.101/05	492
31. Títulos de crédito. Teoria geral	507
32. Os títulos de crédito no código civil e legislação pertinente	515
DIREITO TRIBUTÁRIO	527
1. O Estado e o poder de tributar	531
2. Direito tributário: conceito e princípios	532
3. O sistema Tributário Nacional. Princípios gerais	532
4. Limitações do poder de tributar	532
5. Repartições das receitas tributárias	539
6. Fontes do Direito Tributário	539
7. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração	542
8. Tributo: conceito e espécies	542
9. Código Tributário Nacional	542
10. Imposto	542
11. Taxa	542
12. Contribuição de melhoria e outras contribuições	545
13. Obrigação tributária: conceito	546
14. Obrigação tributária: espécies	546
15. Fato gerador (hipótese de incidência)	546
16. Sujeito ativo e passivo	546
17. Solidariedade	546
18. Capacidade tributária	548
19. Domicílio tributário	548
20. Fato gerador da obrigação tributária. Elementos	548
21. Incidência, não incidência, imunidade e isenção	548
22. Responsabilidade tributária: normas gerais, espécies e hipóteses. Infrações administrativas tributárias	548

SUMÁRIO

23. Substituição tributária	548
24. Crédito tributário. Conceito	548
25. Crédito tributário. Natureza	548
26. Lançamento	548
27. Lançamento. Revisão	548
28. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão	549
29. Crédito tributário. Prescrição e decadência	549
30. Repetição do indébito	551
31. Garantias e privilégios do crédito tributário	551
32. Administração tributária	551
33. Dívida ativa: conceito, inscrição	551
34. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez	553
35. Processo administrativo e judicial tributário	553
36. Execução fiscal	553
37. Embargos à execução fiscal	553
38. Ação de consignação em pagamento	553
39. Ação declaratória	553
40. Ação anulatória	553
41. Ação de repetição de indébito	553
42. Ação cautelar	553
43. Mandado de segurança	553
44. Tutela antecipada contra a Fazenda Pública	553
45. Tributos estaduais	553
46. Tributos municipais	556
DIREITO AMBIENTAL	559
1. A Constituição Federal e o meio ambiente. O art. 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados internacionais sobre o tema ambiental	561
2. Fontes do Direito Ambiental. Princípios do Direito Ambiental. Legislação. Interpretação	562
3. O Direito Ambiental na visão dos tribunais	565

COLEÇÃO PREPARANDO PARA CONCURSOS

4. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental	567
5. Inquérito civil	569
6. Termo de ajustamento de conduta	569
7. Tutela do meio ambiente e seus agentes	569
8. Ações judiciais	570
9. Responsabilidades administrativa, civil e penal ambiental	571
10. Responsabilidade penal da pessoa jurídica em matéria ambiental	575
11. O estudo do impacto ambiental e a administração pública	576
12. Licenciamento ambiental	576
13. Meio ambiente e o Estatuto da Cidade	576
DIREITO ADMINISTRATIVO	579
1. A Administração Pública	583
2. Atos administrativos próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias	586
3. Organização da Administração Pública	587
4. Estrutura administrativa do Estado	590
5. Administração direta e indireta	593
6. Regime jurídico da administração indireta	596
7. Prerrogativas e sujeições	596
8. Desconcentração e descentralização	608
9. Pessoas de Direito Público e de Direito Privado	610
10. Decreto-Lei n. 200, de 25.02.1967	610
11. Consórcios públicos	610
12. Parcerias público-privadas	610
13. Atos administrativos	610
14. Atividade administrativa	612
15. Processo administrativo	612
16. Convalidação, efeitos	612
17. Extinção dos atos administrativos	613
18. Discricionariedade e legalidade	613
19. Classificação dos atos administrativos	613

SUMÁRIO

20. Espécies de atos administrativos	617
21. Validade, eficácia, aperfeiçoamento, efeitos e extinção dos atos administrativos	617
22. Prescrição administrativa	620
23. Atividade regulatória da Administração Pública	621
24. Poder de polícia	621
25. Competência regulatória	622
26. Competência econômica, social setorial, técnica/especializada	622
27. Agências reguladoras	622
28. Controle da Administração Pública	622
29. Mandado de segurança coletivo	640
30. Ação civil pública e ação popular	644
31. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal	647
32. Mandado de injunção	647
33. Ações coletivas	648
34. Habeas Data	650
35. Direito de petição	650
36. Contratos administrativos	651
37. Contratação direta (Lei 8.666, de 21.06.1993)	654
38. Ordem de Serviços	660
39. Organizações sociais da sociedade civil de interesse público	660
40. Organizações não governamentais	661
41. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado	661
42. Sistema de remuneração. Vencimentos e subsídios. Vedações. Fixação, alteração e limites	667
43. Regime constitucional do servidor público	670
44. Direito de greve	673
45. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e criminal)	673
46. Bens públicos. Definição e classificação	676
47. A Constituição da República e o regime do Código Civil de 2002	680
48. Bens de domínio público e bens dominicais	680
49. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso do bem público por particular	680

COLEÇÃO PREPARANDO PARA CONCURSOS

50. Bens públicos em espécie	680
51. Da Fazenda Pública. Conceito. Prerrogativas processuais	680
52. Controle externo e orçamento	681
53. Lei de Responsabilidade Fiscal	681
REFERÊNCIAS	683